

## INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA: QUE PAPEL PARA A SAÚDE

CARLOS J. N. MARTINS

Membro do Conselho Consultivo do IHMT; Assessor do Ministro da Saúde. *E-mail:* carlosmartinspessoal@gmail.com.

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite do Senhor Diretor do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Professor Paulo Ferrinho, para partilhar convosco uma reflexão sobre o papel da saúde na internacionalização da nossa economia, no âmbito das comemorações dos 110 anos desta prestigiada instituição, que foi, é e será uma referência nacional e internacional.

Permitam-me que as primeiras palavras sejam para o Instituto de Higiene e Medicina Tropical, para reconhecer o relevante serviço prestado ao país e à cooperação externa desde 1902, tendo construído, ao longo destes 110 anos, uma impar credibilidade nas áreas das ciências biomédicas, da medicina tropical e da saúde internacional, designadamente no ensino e formação, na investigação, na prestação de serviços à comunidade e na cooperação e desenvolvimento, contribuindo para a resolução de problemáticas de vital importância para a saúde global, em geral, e das regiões tropicais, em particular.

Hoje, o instituto é credor de um elevado reconhecimento internacional pela sua competência e pelo seu saber, o que é patente nas responsabilidades que lhe têm sido conferidas pela Organização Mundial de Saúde, a qual lhe atribuiu o estatuto de Centro Colaborador para Políticas e Planeamento da Força de Trabalho em Saúde, e o trabalho de liderança que tem desenvolvido na, e com, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assim como devemos sublinhar a sua atividade na cooperação bilateral e as funções desempenhadas por muitos dos seus docentes em prestigiados fóruns académicos e científicos.

Estamos, pois, numa instituição que fala e vive a cooperação internacional desde os seus primórdios, o que aumenta a minha responsabilidade de partilhar convosco uma reflexão sobre o papel da saúde na internacionalização da nossa economia. Irei procurar, ao longo desta reflexão, dar a minha perspetiva sobre o ponto de situação da cadeia de valor da saúde, em sentido lato, sobre as suas dificuldades atuais e as suas potencialidades, mas sobretudo sobre as oportunidades em matéria de internacionalização, de cooperação e sobre um recente desafio assumido pelo país.

A cadeia de valor da saúde tem assumido uma estratégica importância nos últimos anos, destacando-se pela sua dinâmica, pelo seu valor acrescentado, pelo investimento realizado e pelo contributo na criação de emprego qualificado, pela crescente capacidade de internacionalização das empresas, através da exportação e investimento direto no exterior, assim como pela melhoria da atratividade do setor dos cuidados de saúde para pacientes estrangeiros.

O progresso tecnológico, as alterações sociais e as novas configurações da ordem mundial têm proporcionado grandes alterações no setor de bens e serviços da cadeia de valor da saúde. Estas alterações decorrem, do lado da oferta, de uma crescente inovação tecnológica e inerentes alterações na composição industrial e pelo aumento da regulação e, do lado da procura, pela entrada de novos *players* internacionais (exs.: China e Brasil).

Na década de 2001-2011, o comércio mundial de produtos de saúde cresceu a uma taxa média de 8,5%, enquanto o comércio mundial registou uma taxa média anual de 6,2%. Em 2011, o seu valor ultrapassou 490 mil milhões de euros, o que significa que, em termos percentuais e absolutos, este foi um dos setores menos afetados pela crise internacional que começou em 2007. Se aditarmos o valor registado no setor do turismo de saúde, sensivelmente 70 mil milhões de euros, obtemos um valor superior a 500 mil milhões de euros.

Portugal, só na área de produtos farmacêuticos e de dispositivos médicos, registou também um forte crescimento entre 2005 e 2011, passando de 335 para 730 milhões, o que significa um crescimento de 117%. No entanto, se aditarmos o que é possível contabilizar da nossa cadeia de valor da saúde, designadamente serviços médicos e outros serviços, podemos afirmar que, em 2011, ultrapassámos 1000 milhões de euros. Constata-se claramente forte aceleração na taxa de crescimento das exportações nacionais de produtos de saúde neste período analisado, de 6 anos, com uma taxa média anual positiva de 14%, com ganhos de quota no mercado global de 36%, o que significa que as empresas portuguesas não se limitaram a aproveitar o crescimento mundial da procura de produtos de

saúde, como também tiveram capacidade para conquistar mercado, mesmo em países mais exigentes e com *players* cada vez mais competitivos (eu diria mesmo “agressivos”). No entanto, em termos reais, o valor das exportações nacionais é ainda baixo e, em 2011, Portugal ocupava o 36º lugar na lista dos maiores exportadores de produtos de saúde do mundo, no que está contabilizado como internacionalização da nossa cadeia de valor.

Na última década, tivemos três países que contribuíram, de forma substancial, para o crescimento das exportações portuguesas: Alemanha (36,2%), Angola (16,6%) e França (10,6%). Em conjunto, estes três países contribuíram em cerca de 63% para o crescimento das exportações nacionais, tendo sido importantes, também, as crescentes posições de Portugal nos mercados do Reino Unido e da Espanha. A diversidade da nossa capacidade instalada e a qualidade da nossa produção possibilitaram ainda crescimentos significativos em países como a Arábia Saudita, Argélia, Venezuela, Marrocos, Turquia, Índia e China. É de referir que, em 2007, exportávamos para 19 mercados e, em 2011, estávamos consolidados em 37 mercados, o que significa que, praticamente, duplicámos a nossa presença e que, nos últimos anos, temos conseguido crescimentos muito importantes em novos mercados da América Central, América do Sul e Médio Oriente.

Portugal tem afirmado igualmente, nos últimos anos, inquestionável excelência dos seus centros de investigação na área das ciências da vida, sendo reconhecido como país de topo mundial. Nunca recebemos tantos prémios internacionais, individuais e coletivos, como nos últimos anos. Neste contexto de reconhecimento internacional, recordo que, em 2011, o Instituto Gulbenkian de Ciências se classificou em 9.º lugar como a melhor instituição não localizada nos EUA para os doutorandos trabalharem e, em 2012, a Fundação Champalimaud ficou em 1º lugar. Este posicionamento do país resulta da cooperação entre as universidades e as empresas, acrescida de inovadores projetos de empreendedorismo científico, em que a investigação, a indústria e a medicina personalizada têm assumido, em conjunto, novos desafios, com sucesso. No entanto, podemos fazer mais e melhor, considerando o potencial integrado que tem a cadeia de valor da saúde ou das ciências da vida enquanto motor do crescimento da nossa economia, do desenvolvimento social do nosso país e da sua afirmação no mundo, entendendo-a como geradora

de riqueza, de emprego, de progresso tecnológico e incorporadora de conhecimento e de tecnologia.

Eis mais uma nota, num momento em que o desemprego é uma preocupação de cada um e de todos nós: no passado mês de novembro, a saúde e as novas tecnologias lideraram a empregabilidade, destacando-se o setor da saúde como o mais dinâmico nas oportunidades geradas. A conjugação das duas áreas, saúde e tecnologias, justifica este resultado, sendo que há uma nova vaga de empresas e de projetos essencialmente gerados por jovens empreendedores altamente qualificados, que se estão a afirmar em Portugal e a usar o país como “rampa de lançamento” para os mercados internacionais.

Retomando a afirmação de que podemos fazer mais e melhor em termos de internacionalização, é nossa opinião que tal é possível pelos seguintes fatores de diferenciação e de competitividade, entre outros:

- Excelência das escolas de formação e dos recursos humanos;
- Investigação com reputação e afirmação internacional;
- Flexibilidade e qualidade do sector produtivo;
- Utilização da marca “União Europeia”;
- Boa rede de distribuição;
- Capacidade de adoção e utilização das tecnologias de informação;
- Qualidade reconhecida do sistema nacional de saúde.

Portugal tem, pois, muitos pontos fortes e oportunidades que têm sido consensuais na avaliação de vários peritos, tais como:

- O crescimento económico dos PALOPs e da América Latina;
- Diversificados nichos de mercado emergentes;
- A forma como abordamos a exportação e internacionalização, com uma matriz que é secular;
- As hipóteses de transferência de tecnologia para outros países;
- A externalização de investigação e desenvolvimento da indústria farmacêutica;
- A atração de ensaios clínicos para Portugal;
- A diretiva europeia sobre cuidados de saúde transfronteiriços;
- O turismo de saúde.

Temos, contudo, alguns pontos que merecem particular atenção e, em minha opinião, uma responsável preocupação. Desde logo necessitamos de ter sustentabilidade para reforçarmos a nossa excelência e a competitividade nacional e internacional, o que não tem sido fácil face à conjuntura económico-financeira nacional e

internacional (incluindo da União Europeia, onde estamos integrados).

Em vez de enumerar outras dificuldades e preocupações, repetindo diagnósticos de todos conhecidos, decidi indicar, em minha opinião, alguns dos caminhos que são consensuais como resposta, no entendimento de que Portugal, para ter maior competitividade internacional na sua cadeia de valor da saúde, deve:

Consolidar a rede de cooperação/colaboração de empresas, universidades e entidades públicas;

Reorganizar e concentrar os recursos disponíveis, humanos e financeiros, potenciando a integração e a coordenação de todos os *players* da cadeia de valor;

Potenciar o reconhecimento de Portugal como um país com qualidade e excelência dos seus centros de investigação, escolas de formação, empresas e unidades de prestação de cuidados de saúde;

Atrair doentes para hospitais nacionais e ganhar quota de mercado, afirmando Portugal como um destino de turismo médico integrado num programa competitivo de turismo de saúde;

Definir centros de elevada diferenciação para tratamento de patologias com elevado grau de complexidade;

Promover a qualidade da informação e uniformização de processos e procedimentos na nossa cadeia de valor, assim como certificação e acreditação de qualidade por reconhecidas entidades internacionais;

Assumir que Portugal tem todas as condições para ser um país de referência nas ciências da saúde;

Entender a diretiva europeia dos cuidados transfronteiriços não só como a abertura de uma porta à livre circulação de pacientes no mercado europeu, mas também como oportunidade também para atrair investigadores e investimento.

Igualmente fundamental (eu diria mesmo “incontornável”) é a necessidade de criarmos uma marca de Portugal como país com uma cadeia de valor da saúde de referência e de excelência, integrando a formação e ensino, a investigação e desenvolvimento, a indústria farmacêutica e de dispositivos médicos e o turismo de saúde.

Da análise do caminho que outros países trilharam com sucesso, destaca-se a Suécia, que fez uma abordagem integrada da promoção do país na área da saúde através da sua diplomacia económica, conjugando o aumento das exportações com a atração de investimento direto estrangeiro e envolvendo os diferentes *stakeholders* no processo, com definição clara do papel que cada um tem no desenvolvimento da marca e no fomento de um clima de cooperação para atingir o objetivo comum

a todos. Também criou uma única estratégia de comunicação do país em termos externos e em matéria de saúde.

Que caminho estamos a trilhar neste momento?

Portugal continua a atravessar uma crise gravíssima que urge combater com seriedade, determinação e inovação, pelo que o caminho, em matéria de internacionalização da saúde, é, desde logo, transformar as atuais dificuldades em oportunidades. Com esse alcance, considerando o potencial da cadeia de valor da saúde, o Governo decidiu que o setor deveria assumir um papel mais relevante no crescimento da economia nacional e na internacionalização de Portugal, de forma faseada, sustentada, articulada e com objetivos muito concretos. Neste âmbito, o Ministério da Saúde, para além da sua missão e responsabilidade constitucional – de prestar cuidados de saúde aos portugueses em tempo e com qualidade -, decidiu assumir novos desafios em termos de internacionalização, cooperação e projetos interministeriais, designadamente, o turismo de saúde.

Assumindo que é inquestionável o reconhecimento do nosso sistema nacional de saúde em termos internacionais, assim como são incontornáveis a qualidade e a excelência do nosso ensino e da nossa formação, dos nossos recursos humanos, da nossa investigação e tecnologia, das nossas instalações e equipamentos, da nossa indústria e dos nossos serviços, foi entendido que estão, assim, reunidas condições objetivas para afirmação da competitividade de Portugal no setor da saúde e para a sua internacionalização.

O esforço efetuado pelo país nas últimas décadas permite serenamente afirmar que temos uma oferta de grande qualidade, a qual é ampliada quando pensamos no setor da saúde como um todo e nas diversificadas capacidades instaladas, sejam elas públicas, privadas e/ou sociais. Estamos, pois, perante uma oportunidade única para o setor da saúde trabalhar em conjunto e aproveitar as mais-valias de todos os seus intervenientes, para se potenciar a oferta da sua cadeia de valor, evitando sobreposições desajustadas, reconhecendo que só assim poderemos ter centros de excelência diferenciadores, organizados como polos de atração internos e competitivos em termos externos.

É de salientar que, em nossa opinião, só estimulando a criação de novos centros de excelência da saúde, em vários pontos do país, é que será possível assumir um desafio estruturante e transversal ao setor de internacionalização, estribado em duas prioridades:

Respostas no país, afirmando-se Portugal como um destino de excelência para o tratamento de determinadas patologias, com uma oferta transversal, decorrente de parcerias, protocolos e acordos público-privados, e também através do desenvolvimento de polos empresariais com a presença de universidades e de centros de investigação;

Respostas do país, afirmando-se igualmente Portugal como um emissor de bens e serviços (em sentido lato) para o exterior e, desde logo, para a CPLP, contrariando, nalgumas áreas, o fluxo histórico existente e potenciando, noutras áreas, oportunidades que se perspetivam.

O desenvolvimento das respostas no país passa por:

- Consolidação da credibilidade e da competitividade do nosso sistema nacional de saúde, nas suas múltiplas vertentes, desde o diagnóstico até à intervenção de elevada diferenciação técnica;

- Inovação com criação do produto “turismo de saúde”, destacando-se a vertente do turismo médico, complementado por serviços associados ao bem-estar e ao termalismo;

- Estruturação do *cluster* da saúde com vista, desde logo, ao reforço dos excelentes resultados em termos de exportação da nossa indústria, assim como ao alargamento da sua oferta e ao crescimento dos mercados externos.

Acreditamos que, de forma integrada e transversal, o *cluster* da saúde português será, seguramente, um motor de crescimento da economia e do desenvolvimento social do país, desafio esse que deverá sustentar o seu sucesso na articulação e na cooperação entre os setores público e privado, com ênfase nos seus recursos humanos e com o envolvimento de investidores. Falo aqui de um *cluster* de saúde que tenha, como atividades principais, os cuidados de saúde, o setor farmacêutico, os dispositivos médicos e os consumíveis e os meios de diagnóstico e terapêutica, mas que assuma a existência, no mesmo, de centros de investigação e desenvolvimento, universidades, polos tecnológicos, serviços partilhados, distribuição, retalho, tecnologias de informação, indústria química e serviços, desde a arquitetura até à economia da saúde, passando pela engenharia e construção civil.

Segue, agora, uma nota para os serviços que, em regra, não são contemplados nas definições de cadeia de valor da saúde e, em minha opinião, erradamente, conquanto temos hoje, em várias partes do mundo, arquitetos a projetarem edifícios de saúde, engenheiros a elaborarem projetos de

especialidade, economistas a elaborarem projetos de viabilidade e de financiamento de unidades e sistemas de saúde, e empresas de construção civil, agregando equipamentos e mobiliário, a construir edifícios da área da saúde. Eis valores que ainda não estão quantificados e *know-how* que ainda não está integrado na estratégia de internacionalização da saúde, o que significa que as sinergias daí decorrentes podem proporcionar novos e maiores negócios para os *players* a jusante, considerando que estas empresas e técnicos estão a montante das necessidades decorrentes dessas infraestruturas ou reestruturações de sistemas de saúde.

No plano da consolidação e inovação, é de registar o trabalho do Ministério da Saúde com o Ministério da Economia e do Emprego, designadamente, com a Secretaria de Estado do Turismo, para a elaboração de medidas, ações e atividades que, rapidamente, permitam promover Portugal como um destino de referência para o turismo de saúde. Recentemente, foi assinado um despacho conjunto, que conferiu a responsabilidade da elaboração de um plano de ação a um grupo de trabalho, constituído por representantes dos Gabinetes do Ministro da Saúde e da Secretária de Estado do Turismo, da Direção-Geral da Saúde, da Administração do Sistema Central de Saúde, do Turismo de Portugal, da Confederação do Turismo Português, do *Health Cluster* Portugal e da *Medical Tourism Association*-Portugal. Este grupo irá sistematizar um trabalho que decorre há alguns meses, contribuindo, assim, para estruturação do produto turismo de saúde de forma a que o mesmo seja capaz de gerar fluxos turísticos na vertente médica, termal e de bem-estar, sobretudo na média e baixa estação.

As suas prioridades imediatas contemplam:

- Identificação das valências e serviços médicos que contribuam para a internacionalização da cadeia de valor da saúde e, simultaneamente, potenciem a utilização de serviços turísticos;
- Formatação de produtos qualificados de acordo com as melhores práticas internacionais, que sejam diferenciadores e competitivos face a destinos concorrentes;
- Proposta de adequação do quadro legal nacional face aos parâmetros e requisitos internacionais;
- Identificação dos agentes internacionais relevantes na distribuição e comercialização;
- Identificação dos mercados alvo e elaboração de uma proposta de promoção que consolide um *branding* de destino agregador;

Identificação de parcerias internas e externas, públicas e privadas, que promovam e potenciem a afirmação de Portugal como destino de turismo de saúde.

Constata-se também, nesta área, que o Governo assumiu o turismo de saúde como uma prioridade e decidiu vocacionar a oferta do produto para os turistas cuja motivação primária seja a obtenção de benefícios relacionados com os cuidados de saúde.

Apontam-se aqui duas notas:

O turismo de saúde, em termos integrados, tem registado um crescimento anual significativo na Europa, entre 7% a 8%, desde 2000, estimando-se que cresça entre 8% a 10% até 2015;

O turismo médico, vertente “âncora” deste produto, movimentou mundialmente, em 2004, cerca de 40 biliões de dólares. Em 2006, o valor foi 60 biliões, com crescimento de 50% nestes dois anos. As previsões para 2012 são de 100 biliões de dólares, estimando-se que, em 2015, se atinja 200 biliões de dólares.

Tendo presentes as principais características da oferta e procura mundial de turismo de saúde, e enquanto resposta à recorrente pergunta de termos, ou não, possibilidade de concorrer com destinos emergentes e com mercados estruturados, identificamos os seguintes fatores de diferenciação de Portugal:

Sistema nacional de saúde de qualidade, com diferenciação técnica e diversidade da oferta, com potencial competitivo no diagnóstico, nas intervenções cirúrgicas, no tratamento de reabilitação e na prevenção da doença;

Reconhecimento internacional, estando Portugal na 12ª posição na lista dos sistemas mundiais de saúde elaborado pela Organização Mundial da Saúde;

Sistema regulatório europeu com regras claras para os direitos/proteção do doente e para os deveres de segurança/qualidade das unidades de saúde;

Profissionais com experiência internacional e diminutas barreiras de comunicação nos idiomas dos potenciais mercados emissores para Portugal;

Existência de unidades hospitalares acreditadas por sistemas internacionais, designadamente, pela *Joint Commission International*;

Experiência dos setores privado e público no produto “turismo de saúde”, sobretudo nas vertentes do turismo médico, termal e de bem-estar;

Existência de condições para cumprir os principais parâmetros da procura mundial do turismo de saúde e, designadamente, do turismo médico, tais como a segurança, qualidade e risco, satisfação do paciente, resultados clínicos, continuação dos

cuidados, privacidade e confidencialidade, ausência de riscos infecciosos, avaliação clínica e acreditação dos serviços e unidades;

Crescente procura externa da oferta disponível, sobretudo por seguradoras e operadores internacionais de turismo de saúde, com particular destaque para a vertente médica, associada ao bem-estar e ao lazer.

Neste contexto, é admissível que possamos ser competitivos em mercados emissores, como a Alemanha (ex. TK), Bélgica, Itália, Áustria, Suíça, Reino Unido, Escandinávia, Holanda, França, Espanha e EUA. Também não devemos descuidar a nossa diáspora, os países de língua portuguesa e o interesse recente de alguns países do Médio Oriente (exs.: Emirados Árabes Unidos, Líbia e Iraque).

Estamos convictos de que Portugal tem todas as condições para captar quotas dos mercados internacionais emissores para o turismo de saúde e para consolidar este produto, o qual tem impacto direto e indireto em muitas outras atividades conexas com a saúde e o turismo, nunca esquecendo que este é um produto onde não existe a questão da sazonalidade ou questões geográficas.

Em termos de respostas do país, recorro o que já sublinhei em relação ao nosso posicionamento e às nossas potencialidades e constrangimentos, assim como ao papel de um *cluster* de saúde transversal e integrador da cadeia de valor de saúde. Também não posso deixar de afirmar que é fundamental reforçar a nossa presença na CPLP, com transferência de várias capacidades instaladas, desde os recursos humanos à construção e remodelação de unidades de saúde, passando pela comercialização e manutenção de equipamentos, assim como é fundamental continuar a apostar no potencial de exportação da nossa indústria e na transferência de *know-how* da investigação em saúde.

Entendo que é essencial integrarmos o processo de desenvolvimento económico e social de Cabo Verde, Angola, Moçambique e Timor-Leste, assim como é inquestionável a manutenção da nossa cooperação em saúde na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe. Eis um trabalho que permitirá, desde que a estratégia seja adequada, ganharmos também novos mercados nas regiões geográficas limítrofes e, inclusive, contribuirmos para o equilíbrio das balanças comerciais dos PALOPs, passando, em condições competitivas e sem custos de contexto, a produzir localmente e a exportar diretamente para países com quem tenham acordos bilaterais diretos ou decorrentes da sua presença em organizações regionais e mundiais. Igualmente

importante é o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP para 2009-2012, onde o Instituto de Higiene e Medicina Tropical assumiu uma particular responsabilidade com a eficácia e eficiência que o caracteriza, a qual tem, como objetivo, contribuir para reforço dos sistemas de saúde por forma a garantir o acesso universal a cuidados de saúde de qualidade. É fundamental um reposicionamento de Portugal e da sua cadeia de valor em termos futuros, tendo atenção o papel crescente do Brasil na CPLP, adequando a nossa oferta à procura deste mercado e aos objetivos que venham a ser acordados num novo plano estratégico.

Importa recordar os eixos estratégicos atuais da CPLP em matéria de saúde: Formação e desenvolvimento da força de trabalho; Informação e comunicação; Desenvolvimento do complexo produtivo; Vigilância epidemiológica e monitorização da situação em saúde; Emergências e desastres naturais; Promoção e proteção da saúde.

Consideramos que este é mais um conjunto de oportunidades que importa assumir e trabalhar de forma integrada, envolvendo diversas entidades públicas da saúde, universidades, centros de investigação e empresas, por forma a reforçarmos a presença de Portugal neste espaço de cooperação, mas também de negócio, no âmbito da estratégia de internacionalização da cadeia de valor da saúde nacional. Eis nesta complementaridade, as oportunidades históricas que se perspectivam, a curto prazo, nalguns países membros da CPLP, cujo patamar de crescimento demográfico e de desenvolvimento económico impõe mudanças na quantidade e qualidade de resposta das políticas

públicas, na diversidade da disponibilidade dos meios técnicos e no aumento da rede de instalações e equipamentos.

Em conclusão, independentemente da conjuntura e dos constrangimentos atuais, é minha opinião que a cadeia de valor da saúde terá um contributo cada vez maior na captação de novas receitas externas, por três vias: Prestação de serviços em território nacional e captação de investimento externo; Exportação de bens e prestação de serviços, com prioridade para os mercados de negócios emergentes e para os de língua portuguesa; Reforço e alavancamento de outras políticas setoriais, de onde se destaca a do turismo.

Estimo, de forma conservadora, que podemos atingir valores de exportação da cadeia de valor da saúde, integrada num *cluster* mais transversal, de aproximadamente 1500 milhões de euros em 2015, incontornavelmente um contributo muito importante para o crescimento da economia e para o desenvolvimento social do país.

Espero ter ido ao encontro das vossas expectativas com as reflexões que convosco partilhei ao longo destes minutos, em que procurei sustentar a minha opinião sobre o renovado e desafiante papel para a saúde em termos da internacionalização da economia nacional.

Termino, reiterando que acredito que também este desafio será ganho pelo país. Isto é uma responsabilidade de todos e de cada um de nós, independentemente da função e da missão que desempenhamos.